

**ALEXANDRE TADEU NAVARRO PEREIRA GONÇALVES
RODRIGO ANTONIO DIAS**

**TRIBUTAÇÃO DAS
OPERAÇÕES IMOBILIÁRIAS**

2^a EDIÇÃO

REVISTA, AMPLIADA E ATUALIZADA ATÉ 01/01/2022

**Editora Quartier Latin do Brasil
São Paulo, outono de 2022
editoraquartier@uol.com.br
@editoraquartierlatin**

**ALEXANDRE TADEU NAVARRO PEREIRA GONÇALVES;
RODRIGO ANTONIO DIAS.**

Tributação das Operações Imobiliárias – 2^a Edição

Revista, Ampliada e Atualizada até 01/01/2022

São Paulo: Quartier Latin, 2022.

ISBN 978-65-5575-135-2

1. Direito Tributário. 2. Direito Imobiliário. 3. Sistema Tributário Brasileiro. 4. Estruturas Contratuais e Societárias. 6. Operações Financeiras. 7. Tributação das Atividades Imobiliárias. 8. Estruturas e Operações Imobiliárias. 9. Aspectos Fiscais. I. Título

Editor

Vinícius Vieira

Produção editorial

José Ubiratan Ferraz Bueno

Diagramação

Victor Gasperazzo Guimarães Nakamura

Finalização

Anderson dos Santos Pinto

Revisão gramatical

Studio Quartier

Capa

Rafael Nicolau

Quadro da capa

Délze Navarro Pereira

EDITORIA QUARTIER LATIN DO BRASIL

Rua General Flores, 508

Bom Retiro – São Paulo

CEP 01129-010

Telefones: +55 11 3222-2423; +55 11 3222-2815

Whatsapp: +55 11 9 9431 1922

Email: editoraquartier@uol.com.br

 @editoraquartierlatin

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal), com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

SUMÁRIO

Prefácio à Primeira Edição – “Tributação no Mercado Imobiliário” por Prof. Dr. Marco Aurélio Greco.....	21
Prefácio à Segunda Edição por Prof. Dr. Marco Aurélio Greco	25

Apresentações

Odair Senra – Presidente do SindusCon-SP	29
Basílio Jafet – Presidente Secovi-SP.....	31
Luiz Antonio França – Presidente da ABRAINC	33
José Carlos Martins –Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC).....	35

Introdução à Primeira Edição (2007), 39

Introdução à Segunda Edição, 41

Agradecimentos, 43

1.

Sistema Tributário Brasileiro, 49

1.1 Classificação dos Tributos. Adoção de um Critério de Classificação	54
1.2. Tributos não vinculados	59
1.3. Tributos Vinculados.....	62
1.3.1. Taxas	63
1.3.2. Contribuições de Melhoria	64
1.3.3. A Destinação do Produto da Arrecadação e a Restituição dos Valores Pagos como Critérios de Distinção dos Tributos	65
1.3.4. Contribuições Sociais Gerais	67
1.3.4.1. Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	67
1.3.4.2. Contribuições de Iluminação Pública	69
1.3.4.3. Contribuições Previdenciárias Destinadas ao Custeio da Seguridade Social	69
1.3.5. Empréstimos Compulsórios.....	71
1.3.6. Quadro Esquemático das Espécies Tributárias	73

2.

**Tributos em Espécie Relacionados
às Atividades Imobiliárias, 75**

2.1. União Federal.....	77
2.1.1. IRPJ.....	78
a) Empreendimentos de Longo Prazo.....	78
b) Regimes de Apuração.....	79
2.1.1.1. Lucro Real	80
a) Apuração Trimestral – Recolhimento Definitivo.....	80
b) Apuração Anual – Recolhimento Mensal por Estimativa	81
2.1.1.2. Lucro Presumido	83
a) Limites	83
b) Alíquotas por Atividade	84
c) SCP com Opção Cruzada	84
2.1.1.2.1. Regime de Caixa e Regime de Competência	88
2.1.1.3. Classificações e Reclasseficações Contábeis de ativos imobiliários.....	90
2.1.2. CSL.....	92
2.1.2.1. Regimes de Apuração	92
2.1.2.1.1. Lucro Real	92
a) Apuração Trimestral	92
b) Apuração Anual	93
2.1.2.1.2. Lucro Presumido.....	97
a) Limites	97
b) Alíquotas por Atividade	98
2.1.3. PIS/COFINS	100
2.1.3.1. Cumulativo	100
2.1.3.1.1. Incidência.....	100
2.1.3.1.2. Não Incidência.....	100
2.1.3.1.3. Base de Cálculo.....	100
2.1.3.1.4. Alíquota	101
2.1.3.1.5. Pagamento do PIS/Pasep e da COFINS	102
2.1.3.1.6. Disposições Gerais.....	102
a) Retenções na Fonte	102
2.1.3.2. Não cumulativo.....	105
2.1.3.2.1. Base de Cálculo – Exclusões	106

2.1.3.2.2. Alíquotas.....	106
2.1.3.2.3. Deduções (Créditos)	107
2.1.3.2.4. Formas de Aproveitamento.....	108
2.1.3.2.5. Indedutibilidades	109
2.1.3.2.6. Não Cumulatividade Parcial	109
2.1.3.2.7. Contribuintes não sujeitos à sistemática não cumulativa.....	110
2.1.3.2.8. Créditos Presumidos – Relativos ao Custo com Unidade Imobiliária	112
a) Não Incidência	118
b) Isenção	118
c) Pagamento do PIS/Pasep e da COFINS.....	119
2.1.4. Hipóteses de Retenção na fonte, de tributos federais, pelo tomador ou Intermediário do serviço prestado	119
2.1.4.1. IR (Serviços Profissionais Prestados por Pessoa Jurídica)	119
2.1.4.2. CSLL, PIS/Pasep e COFINS (Serviços Prestados a Órgãos Públicos Federais)	121
2.1.4.3. CSLL, PIS/Pasep e COFINS (Serviços Prestados a Órgãos da Administração Direta, Autarquias e Fundações da Administração Pública do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios)	123
2.1.4.4. CSLL, PIS/Pasep e COFINS – Artigo 30 da Lei nº 10.833/2003	123
2.1.5. IPI.....	125
2.1.5.1. Casos de Incidência	125
2.1.6. IOF	125
a) A não incidência de IOF-Crédito nas operações com fins habitacionais	129
2.1.7. Contribuições Previdenciárias.....	133
2.1.7.1. Exigências da Empresa	133
2.1.7.1.1. Incidências Regulares.....	133
2.1.7.1.2. Desoneração da folha de pagamento.....	135
2.1.7.1.3. CND para Registro de Incorporação ou Loteamento.....	138
2.1.7.1.4. CND para Transferência de Ativos Imobilizados	138
2.1.7.1.5. Registro Especial para Cessão de Mão de Obra	138
2.1.7.1.6. Contribuições Devidas a Outras Entidades e Fundos.....	139
2.1.7.2. Exigências da Obra	140

2.1.7.2.1. CND para Averbação da Obra	140
a) Avaliação de Custo da Obra.....	141
b) Retenção de 11% ao INSS	144
c) Serviços Sujeitos à Retenção na Cessão de Mão de Obra e na Empreitada	144
d) Serviços Sujeitos à Retenção na Cessão de Mão de Obra	144
e) Retenção na Construção Civil	146
f) Hipóteses de Dispensa da Retenção	147
g) Base de Cálculo	148
h) Deduções da Base de Cálculo	149
i) Forma de Destaque da Retenção.....	149
j) Prazo para Recolhimento do Valor Retido	150
k) Obrigações da Contratada e Contratante.....	150
l) Inaplicabilidade do Instituto da Retenção.....	151
m) Solidariedade.....	151
n) Compensação	153
o) Definições de tipo de contratação	154
2.1.7.2.2. Cadastro Nacional de Obras – CNO.....	156
2.1.7.2.3. O Serviço Eletrônico para Aferição de Obras (SERO)	158
2.1.8. Contribuições Especiais.....	161
2.1.8.1. Profissional ou Econômica.....	161
2.1.8.2. Sindical	161
2.1.9. Regimes Especiais de Tributação	162
2.1.9.1. Simples	162
2.1.9.2. Regime Especial de Tributação Aplicável às Incorporações Imobiliárias – RET – Incorporação	171
2.1.9.2.1. Do pagamento unificado de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS.....	173
2.1.9.3. Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura – REIDI	176
2.1.9.4. Outros Regimes Especiais de Tributação aplicáveis ao setor imobiliário.....	177
2.2. Estados	177
2.2.1. ICMS	177
a) Conceito de Construção Civil	178
b) Cadastro de Contribuintes do Estado – CCE.....	179
c) Incidência	179

d) Não Incidência	180
e) Obra realizada em outros estados	181
2.2.2. ITCMD	181
a) Incidência	181
b) Não Incidência	182
c) Isenção	184
d) Contribuintes	185
e) Responsáveis	186
f) Base de Cálculo	186
g) Alíquotas	188
h) Recolhimento	189
i) Parcelamento	190
j) Restituição	190
2.3. Município (São Paulo)	190
2.3.1. IPTU	190
2.3.1.1. Imposto Predial	190
a) Incidência	190
b) Cálculo	192
c) Sujeito Passivo	192
d) Lançamento	193
2.3.1.2. Imposto Territorial Urbano	193
a) Incidência	193
b) Cálculo	193
c) Sujeito Passivo	195
d) Lançamento	195
e) Disposições Comuns – Imposto Predial e Territorial Urbano –	
Planta Genérica de Valores	195
f) Aspectos controvertidos do IPTU e a jurisprudências dos tribunais:	200
f.1) Atualização anual	200
f.2) IPTU antes da conclusão da obra	201
f.3) IPTU sobre imóveis com restrição de uso	202
f.4) Alienação Fiduciária	203
f.5) Imóvel Urbano x Imóvel Rural	204
f.6) Fator de obsolescência	205
2.3.2. ITBI	205
a) Incidência	205

b) Não Incidência	207
c) Contribuintes.....	208
d) Base de Cálculo.....	208
e) Hipóteses de Redução da Base de Cálculo	209
f) Requerimento de Avaliação Especial do Imóvel.....	210
g) Alíquota	210
h) Declaração de Transação Imobiliária – DTI	211
i) Forma de Recolhimento do Imposto	211
j) Prazo para Recolhimento do Imposto.....	212
k) Hipóteses de Isenção.....	212
l) Integralização a Empresa Não Imobiliária, Cisão e Incorporação – Condições para Isenção.....	213
m) Aspectos controvertidos do ITBI-IV e a jurisprudência dos tribunais	215
m.1) O valor de mercado e a BC do ITBI-IV.....	215
m.2) Imunidade na conferência ao Capital Social	216
m.3) Aquisição de empresas proprietárias de imóveis.	
Análise de incidência do ITBI.....	220
m.4) Momento do Pagamento do ITBI	237
2.3.3. ISSQN.....	238
2.3.3.1. Local da Prestação	239
2.3.3.2. Sujeito Passivo	240
2.3.3.2.1. Contribuinte	240
2.3.3.2.2. Responsável Tributário.....	241
a) Incidências.....	244
a.1) Prestação de Serviços de Construção Civil.....	244
a.2) Prestação de Serviços de Administração de Obra.....	244
a.3) Prestação de Serviços de Mão de Obra.....	245
b) Não Incidências.....	245
b.1) Construção para uso próprio, locação ou venda	245
b.2) Locação de máquinas e equipamentos.....	247
c) Base de Cálculo	248
c.1) Na Construção por Empreitada.....	250
c.2) Na Construção por Administração	250
d) Base de Cálculo Presumida – Problemática da Pauta de Valores.....	254
e) Local de Incidência	255

f) Retenção pelo Tomador	258
g) Alíquota	259
h) Obrigações acessórias – Município de São Paulo	260
h.1) Nota Fiscal de Serviços	260
h.2) Dos Livros Fiscais de Escrituração Obrigatória	262
h.3) Infrações e Penalidades	263
2.3.3.3. ISS/habite-se e Pauta Fiscal	264
2.3.4. Taxas	264
2.3.4.1. Taxa de Fiscalização de Localização, Instalação e Funcionamento	264
a) Incidência	264
b) Momento de Ocorrência	265
c) Contribuinte	265
d) Responsáveis pelo Recolhimento	265
e) Responsáveis Solidários	265
f) Não Incidência	266
g) Isenção	266
h) Enquadramento e Definição do Valor da Taxa	267
i) Recolhimento	267
j) Lançamento	268
k) Inscrição no Cadastro de Contribuintes Mobiliários – CCM	268
2.3.4.2. Taxa de Fiscalização de Anúncios	269
a) Incidência	269
b) Momento de Ocorrência	269
c) Contribuinte	270
d) Responsáveis pelo Recolhimento da Taxa	270
e) Responsáveis Solidários	271
f) Não Incidência	271
g) Isenção	272
h) Cálculo	272
i) Prazo para Recolhimento/Periodicidade	272
j) Lançamento	274
k) Inscrição no Cadastro de Contribuintes Mobiliários – CCM	274
2.3.4.3. Contribuições de Melhorias	274
a) Incidência	274
b) Momento de Ocorrência	275
c) Não Incidência	275

d) Isenção	275
e) Contribuinte.....	276
f) Cálculo e Edital.....	276
g) Lançamento	277
h) Arrecadação.....	277

3.
Estruturas Contratuais e Societárias
Utilizadas nas Atividades Imobiliárias, 279

3.1. Tipos societários	281
3.1.1. Ltda / S/A / Eireli / Unipessoal.....	281
3.1.2. Sociedade de Propósito Específico (SPE)	283
3.1.2.1. Sociedades entre Empresas	289
3.1.2.2. Sociedades entre Pessoas Físicas	290
3.1.2.3. Distribuição desproporcional de Lucros.....	290
3.1.2.3.1. Distribuição desproporcional de lucros em Sociedade Limitada ..	291
3.1.2.3.2. Distribuição desproporcional de dividendos nas Sociedades Anônimas.....	292
3.1.3. Sociedade em Conta de Participação (SCP).....	299
3.1.3.1. Dissolução e liquidação de Sociedades em Conta de Participação ..	307
3.1.3.2. Usos comuns nos negócios imobiliários	310
3.2. Compra e venda.....	320
3.2.1. Vendas por Pessoas Físicas.....	320
3.2.2. Venda por Pessoas Jurídicas	321
3.3. Incorporação	323
3.3.1. Incorporação Imobiliária – Estrutura Básica	327
3.3.2. Incorporação por Mandato	333
3.4. Consórcio de sociedades	336
a) Tributação.....	339
b) Escrituração.....	340
3.5. Parcerias.....	342
3.6. Locação.....	343
a) As locações:	343
b) O arrendamento mercantil, em qualquer de suas modalidades.	344

3.6.1. Locação de flats, apart-hotéis e hospedagem	352
Locação por Temporada	354
Locação Normal	355
3.6.2. Locação especial – BTS (“ <i>built to suit</i> ”).	356
3.6.3. Sale & Lease Back – S&LB.....	359
3.7. Condomínio Civil.....	362
3.8. Direito de Superfície	364

4.**Operações Financeiras e Mercado de Capitais, 371**

4.1. Órgãos atuantes	373
4.2. Fundos de Investimento Imobiliário	373
a) Aspectos Gerais	373
b) Vedações à Instituição Administradora	375
c) Vedações ao Titular do Fundo de Investimento Imobiliário.....	376
4.3. CRI.....	376
4.4. LCI	377
4.4.1. LIG – Letra Imobiliária Garantida.....	378
4.5. Cédulas de Crédito Imobiliário – CCI	378
a) Quadro Sinótico dos Títulos	379
4.6. Debêntures Imobiliárias.....	380
4.7. Fundo de Investimento em Participações.....	383
4.8. Sistema de Financiamento Imobiliário – SFI	386
Modelo Usual	388
a) Tributação para Alienação Fiduciária	390
b) Tributação das Securitizadoras de Créditos.....	393
b.1) Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	393
b.2) Contribuições Sociais para o PIS/Pasep e COFINS	394
c) Tributação do Cedente	395
d) Tributação dos Investidores	396
e) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC	397

5.**Tributação das Atividades Imobiliárias, 401**

5.1. Compra e venda.....	403
5.1.1. Pessoa Física	403
5.1.1.1. Pessoa Física Equiparada	406
5.2. Loteamento	408
5.2.1. Parcerias.....	411
5.2.2. Reconhecimento de Receitas – Custo Orçado	412
5.3. Permuta e Dação em Pagamento	417
5.3.1. Permuta Financeira.....	420
5.3.1.1. Tributação das Operações de Permuta	421
a) Entendimento da Receita Federal sobre Permuta Física	421
a.1) Pessoas Físicas e Pessoas Jurídicas Tributadas no Lucro Real.....	421
a.2) Pessoas Jurídicas Tributadas no Lucro Presumido.....	422
b) Entendimento do CARF	425
c) Entendimento da Receita Federal sobre Permuta Financeira	428
d) Nosso Entendimento sobre a Tributação de Permuta	428
5.3.2. Permuta Física	429
5.3.2.1. Permuta Financeira.....	432
5.3.2.2. Quadro de Resumo.....	433
5.3.3. Dação em pagamento	434
5.4. Incorporação Imobiliária.....	441
a) Aquisição do Imóvel.....	446
b) Incorporação	446
c) Forma de Aquisição das Unidades.....	447
c.1) Obra por Condomínio.....	447
c.2) Preço Fechado ou Fixo Reajustável.....	447
c.3) Preço de Custo ou Administração	448
5.4.1. Reconhecimento de Receitas	448
5.4.1.1. POC vs Tributação	449
5.4.1.2. Contabilização Especial para Lucro Real – Custo Orçado	453
5.4.1.2.1. Venda à vista de unidade concluída	455
5.4.1.2.2. Venda à vista de unidade não concluída	455
5.4.1.2.3. Venda a prazo de unidade concluída.....	455
5.4.1.2.4. Venda a prazo de unidade não concluída	456

5.4.2. Patrimônio de Afetação	456
5.5. Consórcio.....	460
5.6. Incorporação por Mandato	463
5.7. Construção.....	468
5.7.1. Empreitada	472
5.7.2. Administração.....	474
5.7.2.1. Aspectos Fiscais	477
a) Obrigações Acessórias	477
b) Tributos e Retenções	478
5.7.2.2. Descaracterização do regime de administração	479
5.7.3. Construção PMG (Preço Máximo Garantido) –	
Enquadramento Jurídico	486
5.7.4. Principais questões relativas à Tributação nos	
contratos de construção	488
5.7.4.1. Regras gerais sobre receitas de construção	488
5.7.4.2. Problema específico do porcentual de presunção para	
apuração das bases de cálculo para Lucro Presumido	489
5.7.4.3. Contribuições Previdenciárias.....	493
a) Mediante Cessão de Mão de Obra.....	494
b) Mediante Empreitada	494
5.7.4.4. Regimes de contratação e a Matrícula CEI/CNO	496
5.7.4.5. Construção PMG – Tratamento fiscal e a questão do	
“faturamento direto”.....	498
5.7.4.6. Base de cálculo do ISS e questões da pauta fiscal	504
a) Histórico do ISS na construção civil.....	505
b) Da Ausência de Fundamento Jurídico do ISS/habite-se	514
c) Pauta Fiscal e Arbitramento	520
d) Vinculação da emissão do habite-se à comprovação da	
quitação do ISS	523
e) Da Insubsistência dos Critérios Técnicos da Apuração do	
ISS/habite-se.....	527
5.7.4.7. Locação de máquinas e equipamentos	533
5.7.4.8. Pré-Moldados – Análise Tributária.....	534
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados	539
5.7.4.9. Transferência de Máquinas e Equipamentos entre as Obras.....	542
a) ICMS	542

b) IPI.....	544
c.1) ICMS	545
c.2) IPI	546
5.8. Locação.....	547
5.8.1. Locação de flats, apart-hotéis e hospedagem	547
5.8.2. Locação “ <i>built to suit</i> ” – BTS.....	552
a) Deduções, Depreciações e Amortizações – Comparação com a Imobilização.....	553
b) Possibilidade de Reconhecimento Imediato dos Custos.....	553
c) Possibilidade de Reajuste	559
d) Adaptação aos Padrões Mundiais de Contabilização	559
5.8.3. Sale & Lease-Back	563
5.8.3.1. Aspectos Tributários específicos.....	563
5.8.4. Self-Storage	563
5.9. Operações Financeiras e Mercado de Capitais	576
5.10. Fundos	576
5.10.1. Fundos de Investimento Imobiliário – FII.....	576
5.10.1.1. Rendimentos e Ganhos de Capital Auferidos pelos Fundos de Investimento Imobiliário	576
5.10.1.2. Distribuição de Rendimentos e Ganhos de Capital	577
5.10.1.3. Desenquadramento	580
5.10.1.4. Cotistas estrangeiros	584
5.10.1.5. IOF (Decreto nº 6.306/2007)	584
5.10.1.6. ITBI – Integralização de Cotas	585
5.10.2. Fundos de Investimento em Participações – FIPs.....	585
5.10.3. Letras e Certificados	587
5.10.3.1. CRI.....	587
5.10.3.1.1. Tributação do Cedente.....	587
5.10.3.1.2. Tributação da Securitizadora.....	588
5.10.3.1.3. Tributação do Investidor dos CRIs	588
5.10.3.2. LCI e LIG	589
5.10.4. Debêntures.....	589
5.10.5. Mútuos e Financiamentos.....	590
5.10.5.1. Não incidência do IOF nas operações financeiras entre empresas do mesmo grupo	591
5.10.5.1.1. Montantes entregues na forma predefinida de Mútuo	595

5.10.5.1.2. Montantes entregues pontualmente em chamadas de capital: AFAC	596
5.11. Operações Societárias	599
5.11.1. Estruturação com SPEs – Assuntos tributários decorrentes das Operações Inter-Company.....	599
5.11.1.1. Mútuos Inter-company	600
5.11.1.2. Cost Sharing	603
5.11.1.3. Carga Tributária Aplicável.....	604
5.11.2. Redução de Capital ou Cisão Parcial	613
5.11.3. Absorção de Dívidas x Prejuízos Acumulados	615
5.11.4. Distribuição Desproporcional de Lucros	616

**6.
Obrigações Acessórias Específicas
das Atividades Imobiliárias, 623**

6.1. COAF	625
6.2. DOI	635
6.3. DIMOB.....	636
6.4. Declaração de Atividades Imobiliárias – DAI do Município de São Paulo	640
6.5. Declaração Tributária de Obra Licenciada – DTOL do Município de São Paulo	641
6.6. DCTF	642
6.7. DACON	646
6.8. <i>Compliance</i> e Governança Corporativa	647
6.8.1. Lei Anticorrupção.....	653
6.8.2. Responsabilidade dos Administradores.....	655
6.8.3. Aspectos Contábeis.....	662
6.8.4. Avaliação a Valor Justo.....	666

7.

Estruturas e Operações Imobiliárias Específicas e seus Aspectos Fiscais, 669

7.1. Estruturação de Securitização de Contrato de Locação	
“ <i>Built to Suit</i> ”	671
7.1.1. Estruturação do Negócio – Modelo com SPE Única	671
7.1.2. Estruturação do Negócio – Estrutura Dual – Duas SPEs	
ou SPE + FII	674
7.1.2.1. Aquisição do imóvel pela Entidade Proprietária	676
7.1.2.1.1. Aspectos Contábeis.....	677
7.1.2.1.2. Aspectos Fiscais	677
7.1.2.2. Concessão da Superfície do imóvel para a Entidade	
Locadora e posterior Construção	678
Concessão do direito de Superfície da Entidade Proprietária	
à Entidade Locadora	678
7.1.2.2.1. Aspectos Contábeis.....	678
Entidade Proprietária	678
7.1.2.2.2. Entidade Locadora	680
a) Aspectos Fiscais.....	680
b) Natureza das atividades e Percentual Presumido de Lucratividade.....	680
c) Aspectos Temporais – Do Reconhecimento da Receita.....	682
7.1.2.3. Cessão dos Recebíveis do Contrato de BTS para a	
Securitizadora ou Terceiros.....	682
7.1.2.3.1. Aspectos Contábeis	683
a) Despesa com a Aquisição da Superfície do imóvel	683
b) Gastos com a Construção das Obras.....	685
7.1.2.3.2. Aspectos Fiscais	687
a) Entidade Locadora	687
b) Base de Cálculo – Dedutibilidade das Despesas e	
Tomada de Créditos	688
c) Custos, Encargos e Despesas atrelados à Construção das Obras	689
c.1) IRPJ e CSLL	692
c.2) PIS e COFINS.....	694
d) Aspectos Temporais – Apropriação de Receitas e Despesas.....	702
7.2. Emissão de CRIs e Captação de Recursos pela Securitizadora.....	706

7.2.1. Aspectos Contábeis.....	707
7.2.1.1. Aluguéis	707
7.2.1.2. Emissão e Captação de Recursos no Mercado	707
7.2.2. Aspectos Fiscais.....	708
7.2.2.1. IRPJ e CSLL	708
7.2.2.2. PIS e COFINS	708
7.2.2.3. Base de Cálculo.....	709
a) Aluguéis.....	709
7.2.3. Emissão e Captação de Recursos no Mercado	709
7.2.3.1. IRPJ e CSLL	710
7.2.3.2. PIS e COFINS	710
7.2.4. Aspectos Temporais	711
7.3. Estruturas Duplas: Sustentabilidade da estruturação.....	713
7.3.1. Estruturas Societárias – Segregação de Atividades	714
7.3.2. Propósito Negocial pertinente à Estrutura Dupla: Bipartição do interesse econômico	719
7.4. Patrimônio de Afetação	722
7.5. Planejamento Patrimonial e Sucessório – Princípios e Utilidades.....	728
7.5.1. Princípios	728
7.5.2. Holding	729
7.5.3. Sucessão	730
7.5.4. ITCMD no planejamento sucessório	731
7.5.5. Cláusulas e Restrições.....	733